



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

# Demonstração de Fluxos de Caixa nas Instituições Financeiras

Lisi Cristiana Xia

Católica Porto Business School  
2025





UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

# Demonstração de Fluxos de Caixa nas Instituições Financeiras

Trabalho Final na modalidade de Dissertação  
apresentado à Universidade Católica Portuguesa  
para obtenção do grau de mestre em Auditoria e Fiscalidade

por

Lisi Cristiana Xia

sob orientação de  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luísa Anacoreta

Católica Porto Business School  
Abril 2025



# Agradecimentos

A elaboração desta dissertação não seria possível sem o contributo de várias pessoas, às quais gostaria de agradecer:

Em primeiro lugar, à minha orientadora Professora Doutora Luisa Anacoreta que se mostrou sempre disponível e interessada ao longo de todo este processo, agradeço todo o apoio e orientação.

Aos entrevistados, que disponibilizaram do seu tempo e me receberam com toda a simpatia e vontade.

Aos meus colegas de trabalho e amigos, por todo o apoio, feedback e boa disposição que me foram transmitindo nestes últimos tempos.

E, sem falta, à minha família – aos meus pais e aos meus irmãos – por todo o apoio, compreensão e por estarem sempre do meu lado em todos os momentos.

A todos, um grande obrigado.



# Resumo

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) no contexto das instituições financeiras tem sido alvo de discussão no meio contabilístico. O International Accounting Standards Board (IASB) encontra-se a desenvolver um projeto abrangente de revisão de determinados tópicos contabilísticos, entre os quais a apresentação da DFC (IASB, 2022a). Deste modo, o presente estudo pretende avaliar a adequação do modelo atual da DFC no setor bancário, explorando os seus potenciais benefícios, limitações e possíveis melhorias na aplicação desta peça nos bancos.

Os resultados obtidos indicam que a aplicação da DFC nos bancos tem várias limitações. Isto é, verifica-se que o *core* dos bancos é a captação de depósitos e concessão de créditos, o que traduz uma grande quantidade de movimentos de tesouraria diários, a par de operações financeiras mais complexas. Este é um dos aspetos que dificulta a classificação de uma forma precisa dos fluxos de caixa.

Apesar de existirem estas limitações, sugere-se que a DFC não seja eliminada, mas sim adaptada às especificidades do setor bancário, tornando-se numa ferramenta mais útil e informativa. Uma das melhorias apontadas é o alinhamento com os sistemas de informação contabilísticos e a inclusão de rácios financeiros diretamente na demonstração. Adicionalmente, recomenda-se a padronização da classificação dos fluxos de caixa, de forma a melhorar a comparabilidade entre instituições financeiras.

Palavras-chave: Demonstração de Fluxos de Caixa; Instituições Financeiras; Bancos.

Nº de palavras: 9 776



# Abstract

The Cash Flow Statement (CFS) in the context of financial institutions has been the subject of discussion in the accounting circle. The International Accounting Standards Board (IASB) is developing a comprehensive project to review certain accounting topics, including the presentation of the CFS (IASB, 2022a). Therefore, this study aims to assess the suitability of the current CFS model in the banking sector, exploring its potential benefits, limitations and possible improvements in the application of this piece in banks.

The results indicate that the application of the CFS in banks has several limitations. In other words, the core of banks is deposit-taking and lending, which means a lot of daily movements and more complex financial operations. This is one of the aspects that makes it difficult to classify cash flows accurately.

Despite these limitations, it is suggested that the CFS should not be eliminated but rather adapted to the specificities of the banking sector, making it a more useful and informative tool. One of the improvements suggested is alignment with accounting information systems and the inclusion of financial ratios directly in the statement. In addition, it is recommended that the classification of cash flows be standardized in order to improve comparability between financial institutions.

Keywords: Cash Flow Statement; Financial Institutions; Banks.



# Índice

Agradecimentos .....	v
Resumo .....	vii
Abstract .....	ix
Índice .....	xi
Índice de Tabelas .....	xiii
Lista de Abreviaturas .....	xiv
Introdução.....	16
Capítulo 1. Revisão da Literatura.....	19
1.1. Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	19
1.2. Classificação por atividades .....	21
1.2.1. Atividades Operacionais .....	21
1.2.2. Atividades de Investimento.....	22
1.2.3. Atividades de Financiamento.....	23
1.3. A utilidade das Demonstrações de Fluxos de Caixa .....	24
1.4. A relevância das DFC nas Instituições Financeiras .....	26
1.4.1. Limitações e potenciais melhorias .....	29
Capítulo 2. Metodologia da investigação.....	34
2.1. O Método de Investigação .....	34
2.2. Caracterização da Amostra .....	35
2.3. Técnica de Recolha de Dados.....	36
Capítulo 3. Apresentação e Análise dos Resultados .....	40
3.1. Caracterização da Amostra .....	40
3.2. Análise dos Resultados Obtidos .....	41
3.2.1. Importância da demonstração.....	41
3.2.2. Divulgação num formato adaptado.....	45
3.2.3. Limitações e dificuldades .....	47
3.2.4. Sugestão de melhorias .....	51
Conclusão.....	54
Bibliografia.....	57
Apêndices .....	61



# Índice de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Guião de entrevista e respetivo suporte .....	39
<b>Tabela 2:</b> Apresentação dos participantes .....	41
<b>Tabela 3:</b> Importância da DFC – Parte 1 .....	43
<b>Tabela 4:</b> Importância da DFC – Parte 2 .....	45
<b>Tabela 5:</b> Necessidade de adaptações da DFC nos bancos .....	47
<b>Tabela 6:</b> Sugestão de melhorias pelos entrevistados.....	53

## Lista de Abreviaturas

DFC	Demonstração de Fluxos de Caixa
DR	Demonstração de Resultados
IAS	International Accounting Standard
IASB	International Accounting Standards Board
IFRS	International Financial Reporting Standards
LCR	<i>Liquidity Coverage Ratio</i>
NCRF	Normas contabilísticas e de relato financeiro
NSFR	<i>Net Stable Funding Ratio</i>



## Introdução

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem sido objeto de debate no meio contabilístico, especialmente no contexto das instituições financeiras. O organismo internacional de normalização contabilística – International Accounting Standards Board (IASB) – está a desenvolver um projeto abrangente de revisão de determinados tópicos contabilísticos, entre os quais a apresentação da DFC (IASB, 2022a). No âmbito deste projeto, foram questionados aos preparadores e utilizadores de demonstrações financeiras, os quais identificaram como prioritária a revisão de diversas questões relacionadas com esta demonstração financeira. No entanto, as opiniões dos inquiridos divergem: enquanto alguns defendem uma revisão exaustiva da International Accounting Standard 7 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, outros consideram mais apropriada uma abordagem focada em aspetos específicos.

Entre as questões específicas levantadas, destaca-se a dificuldade de reconciliação dos itens da DFC com as restantes demonstrações financeiras, bem como a necessidade de divulgar informação adicional sobre itens não monetários, como acordos de financiamento de fornecedores e factoring de contas a receber comerciais (IASB, 2022b).

Para além disso, uma preocupação relevante diz respeito à aplicabilidade da DFC às instituições financeiras. Alguns especialistas argumentam que a obrigação de preparar esta demonstração deveria ser eliminada para este tipo de entidades, pois, por um lado, a DFC não reflete com precisão a forma como

as instituições financeiras geram dinheiro e liquidez e, por outro, as necessidades informativas dos investidores e de outras partes interessadas já são satisfeitas através da International Financial Reporting Standards 7 (IFRS 7) – Instrumentos Financeiros: Disclosures e do Basel Regulatory Framework.

Neste contexto, verifica-se que, apesar da relevância do tema, a DFC tem recebido pouca atenção da literatura académica. Assim, o presente estudo procura responder às questões levantadas pelo projeto do IASB, com especial enfoque na utilidade da DFC para as instituições financeiras e na dificuldade de reconciliação dos seus itens com as restantes demonstrações financeiras. Deste modo, a questão da investigação centra-se em avaliar a adequação do modelo atual da DFC no setor bancário, explorando os seus potenciais benefícios, limitações e possíveis melhorias na aplicação desta peça nos bancos.

O presente estudo inicia-se com um primeiro capítulo onde é desenvolvida uma revisão da literatura, abordando a relevância, os desafios e as limitações associadas à elaboração e análise da DFC. O segundo capítulo descreve a metodologia adotada para responder à questão de investigação, incluindo a abordagem qualitativa utilizada e os procedimentos de recolha e análise de dados. Por fim, no terceiro capítulo, são expostas as conclusões deste estudo, bem como sugestões para futuras investigações.



# Capítulo 1

## Revisão da Literatura

### 1.1. Demonstração dos Fluxos de Caixa

O significado de fluxos de caixa refere-se à entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa na organização. Segundo quer o sistema de normalização contabilística em vigor em Portugal, quer o disposto nas normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, os itens da DFC têm que ser classificados em atividades operacionais, de investimento ou de financiamento. Isto porque, a classificação por atividades proporciona informação que permite aos utentes determinar o impacto dessas atividades na posição financeira da entidade e nas quantias de caixa e seus equivalentes, tal como é mencionado nos parágrafos 7 e 8 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 2 (NCRF 2), bem como nos parágrafos 10 e 11 da Norma Internacional de Contabilidade 7 (IAS 7).

Atualmente, a utilidade da DFC nas instituições financeiras tem sido objeto de discussão entre organismos de normalização, investidores e profissionais (Burke & Wieland, 2017). Apesar de os bancos estarem obrigados a divulgar as DFC ao abrigo da generalidades do princípios contabilísticos geralmente aceites dos generally accepted accounting principles, ou simplesmente GAAP, em terminologia anglo-saxónica, já há muito tempo que os bancos argumentam que as informações sobre os fluxos de caixa não são úteis para o setor bancário. No entanto, Burke e Wieland (2017), através da aplicação do modelo de avaliação

modificado de Ohlson (1995), concluíram que os fluxos de caixa das operações dos bancos estão positiva e significativamente associados às cotações das ações. Assim, as conclusões sugerem que estas informações são úteis para os investidores na avaliação dos bancos. Refira-se, no entanto, que os autores concluíram por um nível de relevância mais elevado da DFC nos bancos com resultados positivos, do que nos bancos com prejuízos.

No mesmo sentido, Gao et al. (2019) consideram que as DFC das instituições financeiras, ao contrário das DFC das empresas industriais, não são informativas nas principais aplicações em que são supostamente úteis. No entanto, estes autores concluem que os bancos não deviam estar isentos de publicação de fluxos de caixa, mas sim deveriam divulgar a DFC num formato adaptado, de modo a poderem utilizar os recursos de informação de forma mais produtiva.

No estudo de Baik et al. (2016) foi investigado se a flexibilidade proporcionada pelas IFRS incentiva os gestores a inflacionar os fluxos de caixa operacionais. Os resultados indicam que as empresas em dificuldades financeiras, com pagamentos de juros elevados ou com elevada propriedade bancária tendem a reclassificar pagamentos de juros dos fluxos operacionais para os de financiamento, aumentando os montantes reportados como fluxos operacionais.

Assim, o estudo fornece evidência empírica sobre os determinantes e as consequências económicas desta mudança de classificação na DFC sob as IFRS, limitando a comparabilidade da informação financeira. Destaca-se ainda que o mercado reage negativamente a estas práticas, isto é, os investidores conseguem identificar tais estratégias e incorporar nas suas decisões de investimento.

## 1.2. Classificação por atividades

De acordo com a NCRF 2, norma contabilística nacional aplicável de forma geral a empresas não cotadas que não sejam pequenas e micro, bem como a IAS 7, aplicável às entidades que aplicam as IFRS, a DFC deve relatar os fluxos de caixa durante o período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Esta classificação por atividades permite ao utilizador da informação determinar os efeitos o impacto de cada atividade na posição financeira da empresa e avaliar a relação entre atividades.

### 1.2.1. Atividades Operacionais

Os fluxos de caixa das atividades operacionais, segundo a NCRF 2.10 e a IAS 7.14, são principalmente os originados pelas principais atividades geradoras de réditos da entidade. Por isso, são geralmente consequência das operações e outros acontecimentos que entram na determinação dos resultados resultam do exercício da atividade normal e recorrente da entidade, como por exemplo:

- Recebimentos de caixa provenientes da venda de bens e da prestação de serviços;
- Recebimentos de caixa provenientes de royalties, honorários, comissões e outros réditos;
- Pagamento de caixa a fornecedores de bens e serviços;
- Pagamento de caixa a e por conta de empregados;
- Pagamentos ou recebimentos de caixa por restituições de impostos sobre rendimento, a menos que estes se relacionem com as outras atividades; e
- Recebimentos e pagamentos de caixa de contratos detidos com a finalidade de negócio.

A quantia de fluxos de caixa proveniente das atividades operacionais é um indicador chave da medida em que permitem verificar se as operações da entidade geram fluxos de caixa suficientes para pagar suportar a própria atividade e se, além disso, libertam fundos para investir e/ou para pagar financiamentos ou remunerações de financiamentos. Se num determinado período uma entidade gerar uma quantia negativa de fluxos de caixa operacionais, tal indica que a empresa não está a gerar caixa suficiente para fazer face às suas obrigações de negócio, pelo que apresenta ou apresentará dificuldades financeiras ao desenvolver as restantes atividades. Uma entidade saudável em velocidade cruzeiro apresenta fluxos de caixa operacionais positivos que permitem o seu regular funcionamento.

### 1.2.2. Atividades de Investimento

As atividades de investimento representam fluxos de caixa que provêm dos dispêndios que têm como fim gerar rendimentos e fluxos de caixa futuros. Por outras palavras, Borges et al. (2007) referem que estes fluxos permitem analisar a capacidade da empresa em aplicar os seus meios monetários em fontes de crescimento futuro ou, inversamente a retirá-los por desinvestimento no seu negócio atual.

Para este tipo de atividades, o parágrafo 12 da norma nacional apresenta um conjunto de exemplos:

- Pagamentos para aquisição de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos a longo prazo. Também incluem os pagamentos relacionados com custos de desenvolvimento capitalizados e ativos fixos tangíveis autoconstruídos;
- Recebimentos por vendas de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos a longo prazo;

- Pagamentos para aquisição de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos;
- Recebimentos de venda de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos;
- Adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades;
- Recebimentos provenientes do reembolso de adiantamentos e de empréstimos feitos a outras entidades;
- Pagamentos para contratos de futuros, contratos de forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos sejam mantidos para as finalidades do negócio, ou os pagamentos sejam classificados como atividades de financiamento;
- Recebimentos provenientes de contratos de futuros, contratos de forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos sejam mantidos para as finalidades do negócio, ou os recebimentos sejam classificados como atividades de financiamento.

### 1.2.3. Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento são as que resultam de alterações na extensão e composição dos empréstimos obtidos e do capital próprio da empresa, estando, assim, relacionadas com os fluxos de caixa que provêm da necessidade de recorrer a capitais externos para colmatar, sendo o caso, os fluxos de caixa negativos das atividades operacionais e de investimento.

Trata-se, desta forma, de uma informação útil para sócios/acionistas e credores da empresa, visto que permite necessidades de fluxos de caixa futuros.

São os seguintes os exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento, referidos no parágrafo 13 da norma nacional:

- Recebimentos provenientes da emissão de ações ou de outros instrumentos de capital próprio;
- Pagamentos por aquisição de ações (quotas) próprias, redução do capital ou amortização de ações (quotas);
- Recebimentos da emissão de certificados de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos obtidos a curto ou longo prazo;
- Desembolsos de quantias de empréstimos obtidos;
- Pagamentos por um locatário para a redução de dívida em aberto relacionada com uma locação financeira.

### 1.3. A utilidade das Demonstrações de Fluxos de Caixa

De acordo com Dhakal (2019), a DFC é um indicador financeiro essencial para analisar os pontos fortes e fracos de uma organização. Segundo este autor, os stakeholders confiam na instituição se o fluxo de caixa for positivo, independentemente de o resultado ser positivo ou negativo. Assim, um fluxo de caixa positivo é extremamente importante e serve como base para o funcionamento contínuo de qualquer instituição. Este autor destaca ainda a importância dos fluxos de caixa na credibilidade pública dos bancos, visto que influenciam a variação dos depósitos. Ressalva o autor que é fundamental que estes depósitos sejam geridos de forma eficiente, reduzindo aqueles que geram altos encargos de juros.

Em estudos mais recentes, Dalwadi (2023) reforça que a DFC é uma ferramenta essencial para identificar sinais de alerta e de potenciais

dificuldades financeiras. Isto porque, a análise dos componentes da DFC – atividades operacionais, de investimento e de financiamento – permite avaliar a saúde financeira, a sustentabilidade dos fluxos de caixa e a capacidade de cumprimento de obrigações. O autor realça ainda que as métricas resultantes da DFC, como o rácio de fluxo de caixa operacional e o rácio de fluxo de caixa livre em relação à dívida total, servem como indicadores-chave de dificuldades financeiras. No entanto, Dalwadi (2023) enfatiza que esta análise deve ser complementada com outros indicadores financeiros, fatores qualitativos e uma compreensão aprofundada do contexto setorial, devido às diferenças entre indústrias.

Para além disso, Puspa et al. (2023) estudam a relevância das informações contabilísticas baseadas no regime de acréscimo, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas do IASB (IAS/IFRS), para a previsão de fluxos de caixa futuros. Os autores consideram estas informações essenciais para apoiar os investidores na tomada de decisões de investimento, especialmente após a adoção integral das IAS/IFRS na Indonésia, país usado pelos autores para análise das suas hipóteses de investigação. O objetivo do estudo foi examinar a relevância do valor das informações contabilísticas, considerando três variáveis: os resultados, o valor contabilístico e os fluxos de caixa operacionais. Para atingir este objetivo, os autores aplicaram dois modelos para medir a qualidade das informações contabilísticas: o, por eles denominado, Modelo do Preço de Ohlson (1995) e o, também denominados pelos autores, Modelo do Retorno de Easton e Harris (1991). Quanto ao Modelo do Preço, que analisa a relação entre a cotação das ações das empresas e determinadas variáveis contabilísticas, os autores concluíram por um maior nível de relevância (value relevance em denominação anglo-saxónica) dos resultados do que dos fluxos de caixas.

Por outro lado, no Modelo do Retorno, que avalia a relação entre os retornos de ações e as variações em determinadas variáveis contábilísticas, verificou-se que as variações nos fluxos de caixa apresentavam níveis de relevância, enquanto os próprios fluxos de caixa não eram relevantes. Este resultado contradiz o modelo anteriormente mencionado. No entanto, com base nesta investigação, concluiu-se que as informações sobre os resultados apresentam maiores níveis de relevância entre as variáveis contábilísticas consideradas.

#### 1.4. A relevância das DFC nas Instituições Financeiras

Para efeitos do presente estudo, as instituições financeiras compreendem os bancos, apresentados por Barone (2023) como entidades licenciadas para receber depósitos correntes e de poupança, bem como para conceder empréstimos. Almekhlafi e Peiltu (2016) definem os bancos como sendo instituições financeiras cuja principal função é a intermediação financeira, que consiste em captar poupança, na forma de depósitos, e utilizá-la para financiar as necessidades dos agentes económicos, concedendo créditos.

Nos estudos anteriores, dada à limitação histórica no acesso a dados relevantes, a análise da DFC nas instituições financeiras nem sempre foi amplamente abordada nos trabalhos académicos. Isto ocorreu porque, conforme explicado por Qing e Matthew (2017), os dados sobre fluxos de caixa das instituições bancárias só foram disponibilizados na base de dados Compustat<sup>1</sup> a partir de 2004, o que dificultou esta inclusão em investigações anteriores. Contudo, a relevância da DFC para as instituições financeiras, especialmente para os bancos, tem sido amplamente discutida em literatura recente.

---

<sup>1</sup> Compustat é uma base de dados financeiros empresariais e de mercado de capitais gerida pela Standard and Poor's, abrangendo milhares de empresas em todo o mundo, com informações que datam desde 1950.

No mesmo sentido, observa-se que grande parte dos modelos desenvolvidos para explorar a relação entre resultados, fluxos de caixa e acréscimos (ou accruals em linguagem anglo-saxónica) foi elaborada para refletir as atividades de empresas industriais (Bowen et al., 1987; Dechow, 1994; Barth et al., 2001), deixando lacunas na compreensão destas relações no contexto bancário.

No estudo de Qing & Matthew (2017), que envolveu a análise de uma amostra de entidades bancárias de capital aberto dos anos de 2004 a 2014 localizadas em EUA, os autores concluíram que os fluxos de caixa operacionais apresentam alguma relevância preditiva para fluxos de caixa e resultados futuros. Para além disso, da análise do preço das ações verifica-se que os fluxos de caixa operacionais fornecem informações incrementais úteis para os investidores, concluindo que a relevância destas informações varia conforme características como rentabilidade, adequação de capital e risco de crédito.

Ryan et al. (2006) analisaram 37 bancos norte-americanos com volumes significativos de ativos destinados para revenda com fins lucrativos, destacando que os fluxos de caixa operacionais estão associados a fluxos futuros e que o mercado reflete essas informações nos preços. Este estudo aprofunda a análise da natureza híbrida das atividades de negociação bancária, que combinam elementos operacionais e não operacionais. Entre 1991 e 2003, estas atividades foram classificadas como operacionais sob a norma norte-americana Statements of Financial Accounting Standards 102, uma abordagem que não capta a sua complexidade económica (Ryan et al., 2006). Com isto, os autores argumentam que uma única classificação para esses fluxos não é suficiente, recomendando maior desagregação na divulgação financeira.

Os resultados de Ryan et al. (2006) revelam que o mercado considera variações nos ativos destinados para venda, com fins lucrativos, como sendo de natureza mais operacional do que as variações em empréstimos detidos para

venda, que são mais orientadas para o investimento. Para além disso, quando os componentes operacionais e não operacionais destas variações são separados, os recebimentos de vendas e serviços (componente operacional) apresentam uma relação mais forte com os retornos e fluxos de caixa operacionais futuro do que o fluxo de caixa principal (componente não operacional). Por fim, o estudo reforça ainda que fluxos de caixa e accruals de atividades híbridas, como ativos destinados para venda e empréstimos detidos para venda, devem ser reportados de forma desagregada na demonstração de fluxos de caixa ou em outros relatórios financeiros, independentemente de serem classificados como operacionais.

Num contexto bancário grego, Dimitropoulos et al. (2010) analisaram uma amostra de 11 instituições bancárias entre 1995 e 2004 e concluíram que os resultados apresentam maior relevância informacional na variação dos retornos das ações em comparação com os fluxos de caixa, sendo que mudanças nos resultados impactam positivamente estes retornos. No estudo destacou-se que a exposição a riscos bancários — como crédito, solvência e liquidez — afeta negativamente a lucratividade e reduz o valor informacional de resultados e fluxos de caixa. A gestão de liquidez, por sua vez, exige a manutenção de ativos não rentáveis em forma de caixa e equivalentes, o que reduz a rentabilidade dos bancos, observando uma relação inversa entre liquidez e rentabilidade nos bancos gregos, pois os participantes do mercado parecem atribuir maior valor informacional a bancos com menor liquidez e maior rentabilidade.

Com isto, verifica-se que os fatores como a persistência dos resultados e a dimensão dos bancos influenciam a relevância das informações contabilísticas. Isto é, em bancos de maior dimensão, os resultados e fluxos de caixa parecem ser igualmente relevantes. Por outro lado, quando os resultados são

temporários, o mercado tende a valorizar mais os fluxos de caixa (Dimitropoulos et al., 2010).

Num contexto de poupanças e empréstimos na década de 1980, Catanach (2000) estima os fluxos de caixa operacionais, examinando a utilidade deste fluxos para a previsão de dificuldades. A investigação conclui que os fluxos de caixa das atividades operacionais refletem o risco de incumprimento do crédito e de taxa de juro nas instituições dos sectores de poupanças e empréstimos. No entanto, os resultados indicam que os fluxos de caixa operacionais não substituem completamente as medidas tradicionais, mas podem ser um complemento importante para a previsão de dificuldades financeiras em instituições financeiras.

Por último, sem avaliar nem utilizar diretamente a informação da própria demonstração dos fluxos de caixa, Henebry (1996) conclui que a variável fluxos de caixa apenas aprimora a precisão da previsão em modelos de falência bancária quando aplicados a horizontes temporais mais longos. Já no estudo de Klumpes et al. (2009), que analisa dois casos de bancos em dificuldades financeiras, conclui-se que a demonstração dos fluxos de caixa é útil para compreender a solvabilidade e a liquidez dessas instituições. Contudo, os autores apontam vários aspetos de melhoria, que serão mencionados em seguida.

#### 1.4.1. Limitações e potenciais melhorias

Dadas as distinções entre empresas comerciais, industriais e financeiras, realça-se a existência de diversas limitações nas DFC, particularmente na representação eficaz das atividades financeiras dos bancos (Weiss & Yang, 2007). Estes autores sublinham a necessidade de aprimorar as normas atuais de

informação financeira, de forma a refletir com maior precisão a complexidade das operações bancárias.

Torfason (2014) justifica esta peculiaridade ao destacar que os bancos diferem significativamente de outras empresas, pois o dinheiro constitui o seu produto principal. Para além disso, o relato dos fluxos de caixa dos bancos opera de maneira distinta, uma vez que, ao concederem créditos, criam depósitos nos seus balanços. Esta transação contabilística não envolve financiamento prévio ou entrada real de dinheiro, sendo exclusivamente contabilístico, com o depósito registado como passivo e o empréstimo como ativo.

Consequentemente, Torfason (2014) observa que a DFC apresentada por bancos representa apenas uma exigência normativa destinada a fornecer informações gerais sobre a estrutura financeira e a liquidez. No entanto, a análise da liquidez bancária baseada exclusivamente na DFC enfrenta limitações significativas, dado que o modelo de negócios do setor bancário depende de métricas específicas, como índices de capital e avaliação de riscos de crédito.

Esta questão é reforçada por Filipova et al. (2023), que propõem ajustes na IAS 7 para aumentar a clareza e a utilidade das DFC's, incluindo critérios mais detalhados para a classificação dos fluxos de caixa e a introdução de exigências adicionais de divulgação. Estas propostas visam proporcionar aos utilizadores uma visão mais aprofundada das informações financeiras sobre a classificação de fluxos de caixa específicos, considerando as particularidades das atividades e/ou dos modelos de negócios das empresas.

É de referir ainda que esta flexibilidade nas categorias de classificação da DFC, como observado por Saito & Yasuda (2023), permitem que gestores bancários ajustem a exposição ao risco. Este fenómeno é particularmente

comum em períodos de maior risco de liquidez, em que os gestores transferem, principalmente, fluxos de caixa de investimento para atividades operacionais. Prática esta que levanta preocupações sobre a transparência das DFC's e evidencia o potencial dos gestores para manipular percepções externas em relação à saúde financeira das instituições.

No artigo de Mulford e Comiskey (2009), analisam-se as práticas de reporte dos fluxos de caixa, com uma amostra contida por quinze maiores bancos comerciais independentes e de capital aberto dos Estados Unidos. A pesquisa revelou diversas razões pelas quais os fluxos de caixa podem não ser uma medida eficaz de desempenho financeiro para os bancos comerciais.

Um dos principais desafios está na complexidade das operações de depósitos e empréstimos. Os depósitos, embora classificados como fluxos de financiamento, estão diretamente relacionados às atividades operacionais. Para além disso, a concessão de empréstimos é classificada conforme o propósito, isto é, os empréstimos mantidos para investimento são tratados como fluxos de investimento, enquanto os mantidos para venda são considerados fluxos operacionais. Esta distinção dificulta a avaliação das operações centrais dos bancos.

Segundo os autores, a aquisição de ativos e passivos pelos bancos também apresenta inconsistências, visto que quando estas aquisições são efetuadas por meio de pagamento em numerário ou emissão de ações, os ativos adquiridos são registados como fluxos de investimento ou apresentadas em notas do rodapé, o que reduz a transparência dos efeitos diretos destas operações. É de notar ainda que as vendas destes ativos proporcionam um aumento considerado virtual nos fluxos de caixa operacionais por não ser recorrente. A falta de divulgação detalhada sobre os ativos e passivos adquiridos dificulta o ajuste dos fluxos de caixa reportados, tornando necessário que os analistas

excluam impactos não recorrentes de aquisições para avaliar adequadamente o desempenho operacional dos bancos.

Por último, o estudo revelou a ausência de uniformidade na classificação de transações, como a venda de ativos ou alterações em empréstimos e investimentos. Esta classificação depende das práticas contabilísticas adotadas por cada banco, o que confere aos bancos grande flexibilidade para classificar empréstimos ou investimentos como atividades operacionais ou de investimento. Da mesma forma, transações não monetárias podem impactar significativamente os fluxos de caixa reportados, alterando a forma como os fluxos futuros serão classificados – operacionais ou de investimento – sem representar uma nova entrada ou saída de caixa.

De forma a enfrentar estas limitações, Klumpes et al. (2009) sugerem a obrigatoriedade do método direto na elaboração das DFC's, visto que este método apresenta os fluxos de caixa de forma mais clara e explícita. Para além disso, recomendam a divulgação detalhada dos fluxos brutos, com ênfase em ativos operacionais, como novos empréstimos concedidos e reembolsos recebidos, e passivos operacionais, como depósitos realizados e levantamentos efetuados. Esta abordagem facilita a análise detalhada da dinâmica financeira específica das instituições bancárias.

Os autores também destacam a importância da padronização e da comparabilidade das informações entre os bancos. Neste sentido, recomenda-se a consistência na classificação dos ativos e passivos operacionais, permitindo análises comparativas mais eficazes. Da mesma forma, enfatizam a necessidade de reconciliação entre os fluxos de caixa apresentados na DFC e os lançamentos no balanço, detalhando a inter-relação entre essas duas demonstrações financeiras.

Os fluxos de caixa relacionados com a compra, venda e vencimento de investimentos financeiros também devem ser alocados de forma consistente entre os segmentos operacional e de investimento, garantindo que as DFC's reflitam adequadamente as atividades do banco e permitam comparações entre diferentes instituições (Klumpes et al., 2009).

Klumpes et al. (2009) realçam ainda que, devido à escala das atividades de concessão de empréstimos e captação de recursos, os fluxos intermediados dominam as DFC's de bancos, pelo que é necessário diferenciar estes fluxos intermediados, que decorrem de atividades típicas do setor bancário, daqueles que compartilham características com fluxos operacionais, de investimento e de financiamento de empresas não financeiras. Esta separação permite uma apresentação estruturada da DFC, refletindo com precisão a complexidade da atividade bancária.

Em suma, verifica-se que os bancos podem realizar transações que, embora não tenham efeitos explícitos nos fluxos de caixa no presente, podem impactar significativamente os períodos futuros. Como também realça-se em desafios na definição do que deve ser considerado "caixa e equivalentes de caixa" para garantir informações mais úteis. No contexto bancário, esta questão envolve a classificação de itens como depósitos à ordem, títulos elegíveis para refinanciamento e para negociação. Desta forma, os académicos destacam a necessidade de critérios bem definidos para assegurar a utilidade da DFC nos bancos.

# Capítulo 2

## Metodologia da investigação

Após a análise detalhada da evolução do conceito e das diferentes perspectivas sobre este tema, este capítulo apresenta a metodologia adotada, incluindo as questões de investigação, o tipo de estudo, a caracterização da amostra e o processo de recolha de dados.

### 2.1. O Método de Investigação

Dado que a análise das DFC nos bancos é um tema ainda pouco explorado, optou-se por uma abordagem de pesquisa qualitativa, utilizando entrevistas como técnica de recolha de dados. Este tipo de pesquisa é “uma metodologia de pesquisa exploratória não estruturada, baseada em pequenas amostras, que fornece insights e compreensão sobre o problema definido” (Malhotra, Hall, Shaw, & Oppenheim, 2006).

De entre as diversas alternativas no método qualitativo irá-se optar pelas entrevistas, que são reconhecidas como um dos mais poderosos instrumentos para compreender os seres humanos e obter informações em diversas áreas do conhecimento (Amado, 2017). Em termos gerais, uma entrevista pode ser definida como uma conversa intencional e orientada por objetivos específicos.

Neste sentido, destaca-se a entrevista como sendo o método adequado para a análise do sentido que os indivíduos dão às suas práticas, aos acontecimentos que enfrentam e às suas interpretações sobre situações variadas, sejam elas conflituosas ou não (Quivy e Campenhoudt, 1998).

A entrevista será semiestruturada, caracterizadas por se basearem em questões previamente planeadas e organizadas num guião estruturado de forma lógica, abrangendo os tópicos fundamentais a serem explorados. Este formato é considerado semiestruturado visto que permite ao entrevistado expressar-se de forma livre, destacando os aspetos que considera mais relevantes (Amado, 2017).

## 2.2. Caracterização da Amostra

Na seleção de uma amostra, o primeiro passo é definir a população-alvo da pesquisa. Neste estudo, a população compreende todos os indivíduos que analisam ou elaboram as DFC. Como não é viável estudar a totalidade desses indivíduos, torna-se necessário selecionar uma amostra representativa dessa população (Quivy & Van Campenhoudt, 1992).

As técnicas de amostragem podem ser classificadas em não probabilísticas e probabilísticas. Na amostragem não probabilística, a seleção dos participantes é definida pelo pesquisador, podendo ser realizada por quatro métodos: conveniência, julgamento (criterial), quotas ou bola de neve. Já na amostragem probabilística, os elementos são selecionados de forma aleatória, garantindo que todos tenham a mesma probabilidade de participação. Este tipo de amostragem pode ser subdividido em aleatória simples, sistemática, estratificada e por conglomerados (Malhotra et al., 2006).

Para este estudo, optou-se pela amostragem não probabilística criterial, também conhecida como amostragem por julgamento, conforme mencionado por vom Brocke e Rosemann (2013) e Coutinho (2011). De acordo com Coutinho (2011), esta técnica é especialmente adequada para abordagens qualitativas, pois permite ao pesquisador selecionar participantes com base em critérios previamente estabelecidos.

Neste seguimento, o critério adotado para a seleção da amostra baseou-se em indivíduos que elaboram e analisam DFC dos bancos comerciais, incluindo contabilistas, técnicos de contabilidade, auditores, diretores financeiros e controllers financeiros.

### 2.3. Técnica de Recolha de Dados

Após o estabelecimento do método de investigação e a definição dos critérios da amostra, descata-se, em seguida, a preparação da entrevista. Para selecionar os participantes, recorreram-se a três métodos: contacto direto com profissionais recomendados por especialistas da área, envio de convites por meio do LinkedIn e o envio de e-mails disponibilizados nos sites de cada banco.

Por questões de tempo, localização geográfica e viabilidade, a maioria das entrevistas foram conduzidas por via videochamada, utilizando as plataformas Microsoft Teams ou Zoom. No entanto, em alguns casos, devido à indisponibilidade dos entrevistados, as respostas foram obtidas por escrito.

Todos os participantes foram previamente informados sobre o propósito do estudo e os procedimentos adotados, garantindo-lhes o direito de decidir livremente sobre a sua participação. Foram esclarecidos quanto ao objetivo e utilidade da investigação, bem como informados de que a entrevista teria uma

duração estimada de 20 minutos, seria gravada para posterior análise e que a sua identidade seria protegida para assegurar o anonimato e a confidencialidade dos dados.

Após a aceitação dos participantes, as entrevistas foram agendadas conforme a sua disponibilidade. No início de cada entrevista, foi feita uma breve apresentação, reforçando o propósito do estudo e novamente solicitada autorização para a gravação. Durante a entrevista, seguiu-se o guião estruturado, com a possibilidade de adicionar questões conforme necessário. No final, foi agradecido o tempo e contributo de cada participante.

A técnica utilizada para a recolha dos dados primários foi a entrevista qualitativa. Com isto, como esquematizado na Tabela 1, foi elaborado um guião de questões semiestruturadas, com base na informação e no conhecimento adquiridos na revisão da literatura, sendo dividido em três grandes grupos de questões: a relevância das DFC nos bancos, os aspetos de melhoria e as limitações associadas.

Dimensões	Questões	Autores
<b>Relevância das DFC</b>	Q1: Qual a importância da DFC para a análise da robustez/ saúde financeira dos bancos?	Dalwadi (2023), Dhakal (2019)
	Q2: Em que medida considera que a DFC complementa outras demonstrações financeiras, como o balanço e a demonstração de resultados?	
	Q3: Na sua experiência, quais os indicadores e informação mais relevante que se podem extrair da DFC para avaliar a liquidez e a sustentabilidade financeira de um banco?	Qing & Matthew (2017), Catanach (2000), Klumpes et al.
	Q4: Em que medida a interpretação dos fluxos de caixa pode ser influenciada por práticas contabilísticas	

	específicas adotadas pelo setor bancário, como por exemplo, reclassificações/ outros movimentos contabilísticos?	(2009), Dimitropoulos et al. (2010), Baik et al. (2016)
<b>Limitações e Melhorias</b>	Q5: Tendo em conta as diferenças entre instituições financeiras e não financeiras, alguns académicos sugerem que os bancos poderiam estar isentos da publicação da DFC. Outros defendem a sua divulgação num formato adaptado. Qual é o seu ponto de vista sobre este tema?	Burke & Wieland (2017), Gao et al. (2019)
	Q6: Quais são, na sua opinião, as principais limitações da DFC quando é aplicada às entidades do setor bancário?	Baik et al. (2016), Torfason (2014), Ryan et al. (2006)
	Q8: Considera que existem elementos ou transações específicas do setor bancário que não se refletem adequadamente na DFC? Pode dar exemplos?	
	Q9: Quais os principais desafios que a sua entidade enfrenta na elaboração na DFC?	
	Q7: Encontra dificuldades em como classificar as vendas de ativos, visto que estes são classificados como fluxos de caixa de investimento no momento de aquisição?	Mulford e Comiskey (2009 )
Q10: Existem dificuldades operacionais ou de interpretação das normas contabilísticas que dificultem a representação fiel dos fluxos de caixa? Como é que a Entidade tenta superar estas dificuldades?	Weiss & Yang (2007), Filipova et al. (2023), Klumpes et al. (2009)	
Q11: Que alterações ou melhorias sugeriria para aumentar a transparência e a utilidade da demonstração de fluxos de caixa no contexto da análise de demonstrações financeiras emitidas por bancos?		

<p><b>Outros pontos</b></p>	<p>Q12: Poderia partilhar um exemplo prático onde a interpretação dos fluxos de caixa tenha sido particularmente desafiadora ou tenha levado a uma decisão financeira importante?</p> <p>Q13: Houve situações em que a demonstração de fluxos de caixa não refletiu de forma adequada a realidade financeira da instituição? Como foi tratado/ultrapassado este desafio?</p>	<p>Saito &amp; Yasuda (2023)</p>
-----------------------------	--	----------------------------------

**Tabela 1:** Guião de entrevista e respetivo suporte

# Capítulo 3

## Apresentação e Análise dos Resultados

Este capítulo dedica-se à análise e discussão dos resultados obtidos através das entrevistas, após caracterizar-se a amostra. Na análise dos resultados obtidos são debatidas as várias perspectivas dos entrevistados e interligadas com os principais resultados dos estudos apresentados na Revisão da Literatura.

A integridade das respostas obtidas encontra-se apresentada nos apêndices em anexo. Para a discussão dos resultados apenas são apresentadas algumas citações consideradas mais relevantes, efetuadas pelos entrevistados.

### 3.1. Caracterização da Amostra

A amostra deste estudo foi composta por oito participantes que desempenham funções de auditoria e contabilidade em bancos comerciais, uma vez que são os responsáveis pela análise e/ou elaboração das DFC. As entrevistas tiveram uma duração entre 15 e 30 minutos.

No início da sessão, cada participante foi questionado sobre sua função e o tempo de experiência no setor. As respostas indicaram que os entrevistados atuam como auditores nas empresas PricewaterhouseCoopers (PwC), Carmo & Cerqueira, SROC (C&C) e Ernst & Young (EY). No setor bancário, são

mencionadas a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (Crédito Agrícola), o Banco Português de Investimento (BPI), o Banco CTT e o Banco Carregosa.

A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos nesta primeira fase da entrevista. Para além disso, está incluída o código de identificação atribuído a cada entrevistado, que será utilizado para referenciar suas citações ao longo da análise.

Nº da entrevista	Código da entrevista	Cargo atual	Entidade	Anos de experiência
1	E1	Auditor externo	PwC	2
2	E2	Auditor externo	Carmo & Cerqueira	10
3	E3	Contabilista	Crédito Agrícola	5
4	E4	Coordenador da direção de contabilidade	Banco Português de Investimento	19
5	E5	Diretor de Contabilidade	Banco CTT	9
6	E6	Auditor externo	EY	10
7	E7	Contabilista	Banco Carregosa	20
8	E8	Diretor departamento de consolidação	Millennium BCP	29

**Tabela 2:** Apresentação dos participantes

## 3.2. Análise dos Resultados Obtidos

### 3.2.1. Importância da demonstração

Após o enquadramento dos cargos das entrevistadas, procedeu-se à segunda fase da entrevista, começando por colocar aos participantes questões relacionadas com a relevância e utilidade de uma DFC.

No que diz respeito à importância da DFC para a avaliação da robustez e saúde financeira dos bancos, a maioria dos participantes destacou que esta demonstração permite obter uma visão mais clara da liquidez da instituição,

tornando-se num instrumento útil para analisar a capacidade dos bancos de cumprir suas obrigações financeiras.

No entanto, os resultados indicam que DFC tem uma importância limitada na avaliação da robustez financeira, uma vez que existem rácios que são mais apropriados para essa análise. Para além disso, é realçado por um dos entrevistados que existe uma baixa utilização e valorização da DFC no setor bancário português, visto que as pessoas já estão formatadas e preparados nas faculdades para olhar mais para a análise de custos e proveitos.

O entrevistado 8 menciona ainda como a liquidez bancária se reflete nos depósitos financiados e de que forma a sua evolução tem impactado os fluxos de caixa. No passado, os bancos tinham mais crédito do que depósitos, exigindo maior financiamento por meio da emissão de dívida. Com as crises, verificou-se uma mudança no comportamento das pessoas, o que reduziu a necessidade de emissão de dívida.

Na tabela 3 destaca-se alguns dos excertos que resumem os diferentes pontos de vista dos entrevistados.

Entrevistado	Alguns dos excertos retirados
E3	“Esta demonstração não é muito utilizada, uma vez que é apenas elaborada obrigatoriamente uma vez por ano para as demonstrações financeiras de reporte no relatório e contas.”
E5	“A DFC para aferir acerca da robustez/ saúde financeira tem uma importância limitada. Existem rácios de capital, liquidez e performance financeira mais apropriados para fazer essa análise.”

E6	<p>“Na prática, (...) a leitura da DFC no banco pode ser um pouco diferente, porque pode-se ter um instrumento de investimento que são diretamente relacionados com a operação e que até têm de estar classificados nas atividades operacionais, mas o mesmo instrumento pode ser visto por uma instituição diferente como um instrumento de investimento e ser classificado de uma forma diferente. Acaba por dar aqui uma visão entre aquilo que é a ligação entre a estratégia e os fluxos que estão a acontecer.”</p>
E8	<p>“Diria que não é chave principal, mas está a conceder informação sobre a liquidez, como é que se está a financiar os depósitos. Um balanço de à 20 anos atrás é muito diferente da que temos agora, porque na altura tínhamos muito mais crédito do que depósito, e agora é ao contrário, quando se está a analisar isto também reflete-se nos fluxos de caixa.”</p>

**Tabela 3:** Importância da DFC – Parte 1

Com isto, verifica-se que a DFC complementa, de certa forma, as outras demonstrações financeiras, como o balanço e a demonstração de resultados. O entrevistado 5 reforça essa ideia ao afirmar que *“As demonstrações financeiras devem ser analisadas no seu conjunto, incluindo as notas das contas. Nessa perspetiva, a DFC tem a sua importância, ainda que limitada (...)”*.

Relativamente às informações mais relevantes que podem ser extraídas da DFC, os entrevistados destacam a importância da divisão dos fluxos de caixa e das suas diversas componentes. No entanto, as classificações dos movimentos em cada categoria podem variar entre os bancos.

Para compreender a dinâmica de um banco comercial, é fundamental avaliar aspetos como a captação de depósitos e a concessão de crédito. Para além disso, destaca-se a relevância das dívidas emitidas, aumentos de capital e distribuição ou redução de dividendos, pois estes fatores oferecem uma visão mais concreta da situação financeira da instituição.

Apesar de existirem algumas dificuldades na identificação dos fluxos associados a determinados produtos bancários, cada componente da DFC fornece uma perspetiva distinta sobre a instituição financeira. A análise destes elementos permite não só avaliar a sustentabilidade das operações, mas também compreender o impacto de fatores extraordinários na estrutura financeira do banco:

Entrevistado	Alguns dos excertos retirados
E2	<p>“A DFC permite-nos, face à complexidade dos vários instrumentos financeiros utilizados pela banca, perceber as movimentações reais de tesouraria e a situação financeira da entidade no início do ano num ponto de vista de <i>cash flow</i>, e não tanto em termos de gastos e réditos.”</p>
E5	<p>“Tipicamente o core de um banco de retalho é captar depósitos e conceder crédito. Para perceber a dinâmica do negócio, é importante olhar para estes dois aspetos.”</p>
E6	<p>“Dentro do que são atividades operacionais, a grande componente operacional são os juros e tudo que é relacionada com margem financeira, quer seja do crédito, quer dos depósitos e a remuneração dos depósitos e daí ser um dado relevante. A parte do investimento permite-nos ter uma visão de onde é que está ser feita os investimentos, muitas vezes as aplicações são vistas como investimento e consegue-se daí perceber como é que o banco está a gerir em cada momento. O tema de financiamento, acaba por existir não na mesma forma, é essencialmente a relação com os acionistas ou situações de <i>funding</i> específico. A DFC dá uma visão mais estratégica, porque permite-nos perceber onde é que os fluxos estão a acontecer.”</p>
E7	<p>“Por um lado, a divisão dos fluxos de caixa e as suas várias componentes, embora isto passa muito definições de cada banco. Dá-nos esta componente de como é que cada peça é sustentável e qual a preponderância de extraordinários.”</p>

**Tabela 4:** Importância da DFC – Parte 2

### 3.2.2. Divulgação num formato adaptado

As respostas dos entrevistados indicam que a maioria concorda com a divulgação da DFC num formato adaptado, uma vez que é preferível manter esta demonstração, ainda que com limitações, do que eliminá-la completamente. Esta perspetiva é reforçada pelo facto do balanço já ser apresentado de uma forma diferente nos bancos. Assim, a divulgação da DFC deve seguir regras comuns para garantir comparabilidade, mas ao mesmo tempo ser adaptada à natureza do negócio de cada empresa.

Vários participantes argumentam que um formato reformulado poderia aumentar a utilidade da DFC, tornando a informação mais relevante e reduzindo a sua complexidade, já que não faz sentido elaborar um relatório apenas por obrigação legal.

Por outro lado, o entrevistado 6 e 7 referem que a demonstração tem um impacto reduzido na análise financeira dos bancos, uma vez que já existem divulgações para as situações específicas, por exemplo, a fornecer informações mais completas e parte da liquidez, pelo que percebem o porquê dos académicos sugerirem a isenção da divulgação desta peça.

A tabela 5 apresenta um resumo das principais perspetivas identificadas entre os entrevistados.

Perspetiva	Nº menções	Alguns dos excertos retirados
Divulgação da DFC com adaptações	2	<p>E1: “Deveria ser mais adaptada para o sistema financeiro de forma a ser mais transparente e mais relevante para investidores ou interessados.”</p> <p>E5: “Entendo que para o utilizador das demonstrações financeiras é preferível ter a DFC com limitações do que não a ter de todo. Ler a DFC isoladamente diz pouco sobre a empresa. Mas ler a demonstração de resultados isoladamente também.”</p> <p>E8: "Acho que todos deviam de ter as mesmas regras, mas obviamente depois os negócios de cada empresa é diferente. Se olharmos para um Balanço num banco é muito diferente de um Balanço de uma distribuidora. Porque temos que seguir algumas regras quando queremos mostrar o Balanço e Demonstração de Resultados, mas tem que se adaptar ao tipo de negócio que temos. Porque o negócio que o banco tem, é crédito e depósitos, juros, ou seja, a margem financeira é o primeiro item que aparece. Ter a lógica para todos os bancos terem o mesmo formato de report para depois ser comparável."</p>
Reformulação para aumentar a utilidade	3	<p>E2: “Formato adaptado poderá fazer sentido porque há informação muito importante na questão de fluxos.”</p> <p>E3: “Diria adaptá-lo para ter alguma utilidade de análise de informação, porque neste formato é apenas elaborado por obrigação.”</p> <p>E4: “Se num formato adaptado às necessidades de cada instituições e se fosse possível retirar daqui alguma complexidade que temos atualmente na elaboração diria que podia ajudar na tomada de decisão.”</p>

DFC tem pouca relevância para os bancos	2	<p>E6: “A leitura direta da posição financeira, e quando faz-se as variações não é propriamente os fluxos de caixa que vão dar uma grande nova informação.”</p> <p>E7: “Perante a quantidade de informação que os bancos já dão, nomeadamente a liquidez, na prática não é assim tão importante.”</p>
---	---	---

**Tabela 5:** Necessidade de adaptações da DFC nos bancos

### 3.2.3. Limitações e dificuldades

Em vários momentos das entrevistas, os participantes destacam a complexidade dos diversos instrumentos financeiros utilizados pela banca, bem como a enormidade de movimentos associados. Neste contexto, uma das principais dificuldades apontadas é o facto de existirem milhões de fluxos de caixa. Como mencionado pelo entrevistado 4: *“Os bancos vivem de dinheiro, o que dificulta a elaboração desta demonstração com um rigor extremo, porque é muito complicado reunir toda essa informação.”*

Para enfrentar esta dificuldade, os entrevistados explicam que a elaboração da DFC nas suas instituições apenas é possível através de diferenças das rubricas dos balancetes ou por meio de um sistema automatizado que realiza cálculos diários, ou seja:

*E3: “A forma de elaboração é através da diferença das rubricas dos balancetes, em que estão mapeados numa tabela, com uma pivot table e com a diferença das rubricas constrói-se a DFC, porque não é possível classificar movimento a movimento durante o ano pelo tipo de fluxo de caixa.”*

*E8: “Em termos diários a nossa entidade pode gerar cerca de 5 mil movimentos contabilísticos diariamente. Portanto existe uma máquina que faz os cálculos*

*todos e por aí fora que depois chega à contabilidade todos os dias. Portanto não era possível criar um fluxo de caixa olhando para a conta DO do banco.”*

Quanto à questão sobre as dificuldades em classificar as vendas de ativos, levantada na análise de um dos artigos na revisão de literatura, verifica-se que, de uma forma geral, os entrevistados não têm enfrentado grandes dificuldades nesse processo. O entrevistado 6 refere que *“não é espectável que entre a alienação e a aquisição os fluxos estejam em atividades diferentes.”*

No entanto, o entrevistado 2 reconhece que pode haver dificuldades em alguns casos, especialmente devido à falta de comunicação entre aqueles que lidam diretamente com estas operações e os responsáveis pela elaboração desta demonstração:

*E2: “há distanciamento grande entre a administração do banco e da contabilidade, precisamente porque não valorizam essa informação à posteriori, não estão muito preocupados com o acompanhamento desta classificação ao longo do ano.”*

Os entrevistados 6 e 8 respondem de forma semelhante à questão, exemplificando com o caso da venda de imóveis. Explicam que, quando um banco concede um crédito à habitação e o cliente deixa de pagar, o imóvel dado como garantia pode ser recuperado pelo banco. Como todo o processo de crédito é tradicionalmente classificado como uma atividade operacional, a venda posterior desse imóvel pode acabar por ser registada numa rubrica diferente, o que pode levantar desafios na sua classificação. Percebe-se, assim, que a classificação destes instrumentos pode variar consoante a intenção da entidade.

Numa lógica ainda relacionada com limitações, os resultados indicam que, embora os entrevistados não tenham enfrentado dificuldades significativas na

correta representação da informação na DFC, existem desafios específicos na classificação de instrumentos financeiros mais complexos, como os derivados. Estes não têm impacto direto na tesouraria nem nos movimentos de fluxos de caixa, o que pode gerar limitações na sua análise.

Para além disso, segundo o entrevistado 6, uma das principais dificuldades está relacionada com as aplicações de curto prazo, especialmente no que diz respeito à distinção entre o que é considerado caixa e equivalente de caixa:

*“Acho que uma das dificuldades que muitas vezes existe é em relação aquilo que possa ser aplicações de curto prazo que por vezes acaba por ser uma política contabilística que tem de estar muito clara porque o tratamento pode não ser exatamente o mesmo, e o tema dos revolvings.”*

Outro aspeto apontado por alguns entrevistados diz respeito à adequação dos sistemas de informação e à estrutura da informação contabilística, como os balancetes. De acordo com o entrevistado 5, os sistemas estão formatados para produzir um balanço e uma demonstração de resultados, mas não necessariamente para gerar informação baseada em fluxos de caixa:

*“A informação está estruturada para produzir um balanço e uma demonstração de resultados e não necessariamente para produzir informação numa base de caixa.”*

Na mesma perspetiva, o entrevistado 8 destaca a complexidade que a desagregação detalhada dos fluxos de caixa traria para os sistemas de informação:

*“Se eu queria ter a desagregação por fluxo de caixa, teria um balancete enormíssimo, o que era impensável.”*

Porém, esta questão pode ser única e simplesmente justificada pelo facto de se não dar importância a esta demonstração financeira.

No que se refere à interpretação dos fluxos de caixa e à sua influenciada por práticas contabilísticas específicas do setor bancário, o entrevistado 5 entende que a DFC é provavelmente a demonstração financeira que menos é influenciada por questões ou práticas contabilísticas, visto que o foco está nas entradas e saídas de caixa, independentemente da classificação contabilística das operações:

*“O que interessa aqui é cash, cash in e cash out, independentemente da classificação contabilística das operações.”*

Relativamente às possíveis dificuldades de interpretação das normas contabilísticas que possam comprometer a representação fiel dos fluxos de caixa, os entrevistados apresentam diferentes perspetivas.

O entrevistado 4 destaca que algumas operações apresentam especificidades que podem levantar questões, nomeadamente no que diz respeito à variação cambial. Um dos desafios identificados prende-se com a necessidade de expurgar o efeito da variação cambial das operações, distinguindo o que corresponde a uma alteração de valor cambial e o que efetivamente representa um fluxo de caixa:

*E4: “a parte que é preciso expurgar a parte da variação cambial das operações que não é fácil, que no fundo é pensar em todas as operações que são feitas por moeda e tirar o bocadinho que corresponde à variação cambial e não um fluxo de caixa efetivo.”*

O entrevistado 6 salienta que tem havido um esforço contínuo para clarificar a aplicação das normas contabilísticas no que respeita aos fluxos de caixa, acompanhando as novas exigências regulamentares. Contudo, aponta que pode

haver dificuldades na desagregação entre atividades, especialmente no caso de instrumentos financeiros que podem ser classificados como atividade de investimento ou operacional:

*E6: “acho que tem havido uma tentativa de acompanhamento de clarificação de como é que novas matérias nas normas devem ser acauteladas para efeitos de fluxos de caixa.”*

Por outro lado, o entrevistado 8 refere que a norma IAS 7, que regula a elaboração da DFC, não é totalmente clara para o setor bancário:

*E8: “Se olharmos para a IAS 7, aquilo também não é muito claro, porque a IAS 7 é para todos os setores, e portanto aquilo tem uma série de regras que muitas vezes aquilo para ser interpretado não é fácil. Ao longo destes 20 anos acontece que não tem havido grandes evoluções pelo que se tem mantido o padrão dos anos anteriores.”*

### 3.2.4. Sugestão de melhorias

Esta última fase de análise dos resultados tem como objetivo abordar as melhorias possível para aumentar a transparência e a utilidade da DFC no contexto bancário. Os resultados sugerem um maior detalhe da informação, isto é, no sentido de expurgar desta demonstração todos os movimentos que serão analisado noutras rúbrica das demonstrações financeiras.

Alguns entrevistados destacam a importância da divulgação obrigatória de rácios regulatórios juntamente com a demonstração financeira. O entrevistado 5 menciona, entre esses rácios, o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) e *Net Stable Funding Ratio* (NSFR), também designado como Índice de Financiamento Estável. Explica ainda que estas métricas foram introduzidas pelo Acordo de

Basileia III com o objetivo de reforçar a resiliência do sistema financeiro global e mitigar riscos de liquidez que possam desencadear crises financeiras.

Na mesma medida, o entrevistado 8 menciona que os comunicados disponibilizados aos analistas e jornalistas já não se incluem a DFC. Segundo este entrevistado, os indicadores de maior interesse para os stakeholders são apresentados logo na primeira página. Entre os rácios divulgados nesta secção, destacam-se o LCR e o NSFR, além de informações como a evolução da margem financeira, a taxa cobrada aos clientes e outras métricas.

O entrevistado 4 refere que para o banco gerir informação necessária precisa de um conjunto de rácios ou ponderadores para conseguir eleger todo este conjunto de matérias com outras ferramentas. Segundo este entrevistado, a DFC foi construída mais no sentido das empresas tradicionais do que para servir à banca, pois a banca tem uma complexidade de produtos, e não se rege por investimentos ou serviços. Com isto, verifica-se mais uma vez na necessidade de um modelo mais adaptado à realidade bancária.

Contudo, é referido pelo entrevistado 6 que apesar de ter existido muita evolução entende que existe ainda um *gap* possível, visto que em muitas instituições a dificuldade é no foco sobre o que é output em termos de transações que se consegue logo segregar entre o que é ou não cash. Verifica-se assim que existe uma necessidade de um maior alinhamento da DFC com os sistemas contabilísticos e financeiros utilizados pelos bancos.

Para além disso, esta entrevistada afirma que se tivesse de redesenhar a DFC não apresentaria algumas rubricas pelo líquido, exemplificando com *“a questão do crédito de apresentarem aquilo que são recebimentos de crédito e aquilo que são desembolsos realizados em cada período, a mesma coisa com os depósitos que é efetivamente aquilo que são cash novo e não só apenas aquilo que é líquido destas*

*operações, porque de alguma forma permite perceber e ter mais dados sobre aquilo que é o core em termos de atividades.”*

O quadro abaixo complementa as melhorias sugeridas pelos entrevistados, para permitir uma utilização mais eficaz da DFC como ferramenta de análise financeira no setor bancário.

Entrevistado	Alguns dos excertos retirados
E2	“Este instrumento deve ser reformulado, dividindo claramente as áreas deixando apenas como movimento a passar neste instrumento aquilo que efetivamente sem nenhuma margem de dúvida são fluxos de caixa, de forma a retirar desta peça subjetividade.”
E4	“No banco há um conjunto de informação que é trabalhado e diferenciada com um conjunto de fatores que depois promovem este conjunto de informação numa maneira com mais "sumo" - mais direcionada à realidade do banco.”
E5	“Eventualmente a obrigatoriedade de fazer o disclose de alguns rácios regulatórios junto à demonstração (LCR e NSFR).”
E6	“A simplificação no sentido de fazer um matching maior com aquilo que é informação produzida de forma mais sistematizada pelas instituições sem produzir algo específico para efeitos de divulgação.”
E8	“Se eu tivesse informação com mais detalhe sobre maturidades, por exemplo, ou por tipo de produto crédito concedido porque eu posso estar aumentar crédito, mas eu estar a diminuir em <i>leasing</i> e a aumentar em <i>factoring</i> .”

**Tabela 6:** Sugestão de melhorias pelos entrevistados

# Capítulo 4

## Conclusão

A relevância da DFC no setor bancário tem sido objeto de muita discussão, mas merecido pouca atenção por parte da comunidade académica. Apesar da IAS 7 prever que cada entidade apresente a DFC da forma mais apropriada ao seu modelo de negócio, verificam-se ainda algumas dificuldades, pois a norma não especifica de forma clara como os bancos devem elaborar esta demonstração financeira.

Com base na revisão da literatura e nos resultados obtidos, realça-se que um dos principais desafios apontados é o facto de as operações financeiras serem mais complexas e não se ajustarem ao modelo tradicional da DFC. Associada a esta complexidade, observa-se também uma dificuldade na identificação e classificação dos fluxos de caixa relacionados com determinados produtos bancários.

Apesar de se compreender a perspectiva de que os bancos poderiam estar isentos da divulgação desta demonstração, dada a vasta quantidade de informação já reportada, os resultados do estudo indicam que é preferível uma divulgação num formato adaptado. A DFC, mesmo com limitações, permite obter uma perspectiva distinta sobre a instituição financeira e a sustentabilidade das suas operações. No entanto, é perceptível que a DFC foi concebida

essencialmente para as empresas tradicionais, o que reforça a necessidade de ajustes para melhor refletir a realidade bancária.

Outro aspeto relevante identificado foi a baixa valorização da DFC no setor bancário português, uma vez que os analistas e investidores dão maior ênfase a outros indicadores específicos, como os rácios de liquidez (LCR e NSFR). Esta realidade levanta a necessidade de uma reformulação da DFC, de forma a proporcionar informações mais relevantes para os utilizadores, ao invés de ser um mero cumprimento normativo.

Do ponto de vista prático, os resultados desta investigação sugerem que a reformulação da DFC para o setor bancário pode passar por um maior alinhamento com os sistemas de informação contabilísticos e a inclusão de rácios financeiros diretamente na demonstração. A nível de melhorias recomendadas, destaca-se a necessidade de uma maior padronização na forma como os fluxos são classificados, garantindo maior comparabilidade entre instituições financeiras.

Contudo, este estudo apresenta algumas limitações, nomeadamente a dimensão da amostra e o foco exclusivo no setor bancário português. Para investigações futuras, sugere-se o complemento com estudos quantitativos que analisem os impactos reais da DFC na tomada de decisões financeiras.

Em suma, a DFC continua a ser um instrumento fundamental na contabilidade financeira, mas a sua aplicação ao setor bancário apresenta desafios que exigem uma reflexão aprofundada. Este estudo procurou evidenciar a necessidade de adaptação da DFC à realidade das instituições financeiras e espera-se que estas conclusões possam servir de base para futuras discussões e investigações sobre o tema, promovendo a evolução das normas contabilísticas e a melhoria da informação financeira disponibilizada pelo setor bancário.

## **Declaração de IA generativa e tecnologias assistidas por IA no processo de redação**

Durante a elaboração da minha dissertação, Demonstração de Fluxos de Caixa nas instituições financeiras, foi utilizada o ChatGPT para as tarefas de revisão da clareza e fluidez do português ao longo do trabalho. Após a utilização desta ferramenta, revi e editei o conteúdo conforme necessário e assumo total responsabilidade pelo conteúdo do trabalho apresentado.

Declaro ainda conhecer e respeitar o Código de Conduta de Inteligência Artificial da Católica Porto Business School.

# Bibliografia

- Agbodjo, S., Toumi, K., & Hussainey, K. (2021). Accounting standards and value relevance of accounting information: a comparative analysis between Islamic, conventional and hybrid banks. *Journal of Applied Accounting Research*, 22(1), 168-193.
- Almekhlafi, E., Almekhlafi, K., Kargbo, M., & Hu, X. (2016). A study of credit risk and commercial banks' performance in Yemen: Panel evidence. *Journal of Management Policies and Practices*, 4(1), 57-69.
- Amado, J. (2017). *Manual de investigação Qualitativa em Educação 3ª edição*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.
- Baik, B., Cho, H., Choi, W., & Lee, K. (2016). Who classifies interest payments as financing activities? An analysis of classification shifting in the statement of cash flows at the adoption of IFRS. *Journal of Accounting and Public Policy*, 35(4), 331-351.
- Barone, A. (2023). *How Banking Works, Types of Banks, and How To Choose the Best Bank for You*. Investopedia. <https://www.investopedia.com/terms/b/bank.asp>
- Borges, A., Rodrigues, A., Rodrigues, J. M., & Rodrigues, R. (2007). *As Novas Demonstrações Financeiras*. Lisboa: Áreas Editora. ISBN 978-989-8058-07-2
- Bowen, R. M., Burgstahler, D., & Daley, L. A. (1987). The incremental information content of accrual versus cash flows. *Accounting Review*, 723-747.
- Burke, Q. L., & Wieland, M. M. (2017). Value relevance of banks' cash flows from operations. *Advances in accounting*, 39, 60-78.

- Burke, Q. L., & Wieland, M. M. (2017). Value relevance of banks' cash flows from operations. *Advances in accounting*, 39, 60-78.
- Caiado, A. P., & Gil, P. D. (2014). *A Demonstração dos Fluxos de Caixa* (2<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Áreas Editora, SA.
- Catanach Jr, A. H. (2000). An empirical study of operating cash flow usefulness in predicting savings and loan financial distress. *Advances in accounting*, 17, 1-30.
- CNC (2015). Norma Contabilística e de Relato Financeiro 2 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Comissão de Normalização Contabilística.
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas*: Leya.
- Dal Maso, L., Kanagaretnam, K., Lobo, G. J., & Terzani, S. (2018). The influence of accounting enforcement on earnings quality of banks: Implications of bank regulation and the global financial crisis. *Journal of Accounting and Public Policy*, 37(5), 402-419.
- Dalwadi, P. (2023). Cash flow statement analysis: identifying red flags and warning signs for financial distress. *VIDYA-A Journal of Gujarat University*, 2(2), 36-42.
- Dechow, P. M., Kothari, S. P., & Watts, R. L. (1998). The relation between earnings and cash flows. *Journal of accounting and Economics*, 25(2), 133-168.
- Dhakal, L. (2019). Cash Flow Statement Analysis between Commercial Banks (With Reference to Himalayan Bank Ltd. and Global IME Bank Ltd.). *American Journal of Industrial and Business Management*, 9(11), 2025.
- Dimitropoulos, P. E., Asteriou, D., & Koumanakos, E. (2010). The relevance of earnings and cash flows in a heavily regulated industry: Evidence from the Greek banking sector. *Advances in Accounting*, 26(2), 290-303.

- Filipova, F., Zapryanova, T., Atanasov, A., & Marinova, R. (2023). Problems with using the information from the cash flow statement by lenders (banks) as capital providers. *Izvestia Journal of the Union of Scientists-Varna. Economic Sciences Series*, 12(2), 11-20.
- Gao, Z., Li, W., & O'Hanlon, J. (2019). The informativeness of US banks' statements of cash flows☆. *Journal of Accounting Literature*, 43(1), 1-18.
- Henebry, K. L. (1996). Do cash flow variables improve the predictive accuracy of a Cox proportional hazards model for bank failure?. *The quarterly review of economics and finance*, 36(3), 395-409.
- IASB (2022a), IASB Staff Paper, Agenda Paper 24B — Potential projects — Proposed short-listed projects.
- IASB (2022b), IASB Staff Paper, Agenda Paper 24E — Potential projects — Feedback summary for proposed short-listed projects.
- IASB. (2010). International Accounting Standard 7: Statement of Cash Flows. International Accounting Standards Board.
- Klumpes, P. J. M., Welch, P., & Reibel, A. (2009). Bank cash flows—a source of new insight?. *Journal of Financial Transformation*, 29(2), 69-78.
- Maheshwari, A. (2018). Cash Flow Statements of Punjab National Bank and ICICI Bank: A Comparative Analysis. *International Journal of Science and Management Studies*.
- Malhotra, N., Hall, J., Shaw, M., & Oppenheim, P. (2006). *Marketing research: An applied orientation*: Pearson Education Australia.
- Mary E. Barth, Donald P. Cram, Karen K. Nelson; Accruals and the Prediction of Future Cash Flows. *The Accounting Review* 1 January 2001; 76 (1): 27–58.
- Mulford, C. W., & Comiskey, E. E. (2009). Cash flow reporting by financial companies: A look at the commercial banks.

- Ohlson, J. A. (1995). Earnings, book values, and dividends in equity valuation. *Contemporary Accounting Research*, 11, 661–687.
- Puspa, D. F., Nazaruddin, I., & Minovia, A. F. (2023). Relevance of earnings value, book value, and operating cash flow in manufacturing companies in Indonesia. *Journal of Accounting and Investment*, 24(1), 120-136.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais* (10ª edição). Lisboa: Gradiva.
- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*.
- Ryan, S. G., Tucker, J. W., & Zarowin, P. A. (2006). Classification and market pricing of the cash flows and accruals on trading positions. *The Accounting Review*, 81(2), 443-472.
- Saito, Y., & Yasuda, Y. (2023). Do bank managers signal through cash flow statements?. *Journal of Financial Research*, 46(3), 733-762.
- Silva, E. S., & Martins, C. (2012). *Demonstração de Fluxos de Caixa*. Porto: Vida Económica - Editorial, SA.
- Torfason, Á. B. (2014). *Cash flow accounting in banks—a study of practice*.
- vom Brocke, J., & Rosemann, M. (2013). *Metodologia de pesquisa*: AMGH Editora.
- Weiss, N. S., & Yang, J. G. (2007). The cash flow statement: problems with the current rules. *The CPA Journal*, 77(3), 26.

# Apêndices

## Apêndice A – Q1: Qual a importância da DFC para a análise da robustez/saúde financeira dos bancos?

Respostas	
E1	“A DFC fornece informações detalhadas sobre liquidez, o que é bastante importante na análise de robustez e saúde financeira, porque bancos dependem da liquidez de forma a conseguir cumprir os seus compromissos, principalmente os de curto prazo.”
E2	“Apesar de em Portugal dar-se pouca importância à análise dos fluxos de caixa das entidades, acredito que trata-se de uma demonstração de grande importância. As pessoas estão formatados e preparados nas faculdades para olhar mais para a análise de custos e proveitos e muito poucos para análise de <i>cash flow</i> . Na minha opinião, acho que devíamos trabalhar e dar muito mais visibilidade à DFC do que aquela que é dada.”
E3	“Esta demonstração não é muito utilizada, uma vez que é apenas elaborada obrigatoriamente uma vez por ano para as demonstrações financeiras de reporte no relatório e contas.”
E4	“Esta peça difere das outras no sentido de conseguirmos no fundo expurgar os efeitos contabilísticos, tentamos ver o quê que temos em termos de liquidez para conseguir pagar os dividendos aos acionistas, por exemplo. Permite ainda avaliar a saúde financeira na medida que consigo ver o <i>cash</i> independentemente do resultado que consegui alcançar no final do ano.”
E5	“A DFC para aferir acerca da robustez/ saúde financeira tem uma importância limitada. Existem rácios (regulatórios ou não) de capital, liquidez e performance financeira mais apropriados para fazer essa análise.”
E6	“Na prática, a DFC dos bancos é um pouco diferente das outras instituições, porque a atividade é muito assente em dinheiro, muita liquidez, que pode depender um pouco na estrutura de investimentos. A leitura da DFC no banco pode ser um pouco diferente, mas continua de qualquer das formas muito relevante, porque pode-se ter um instrumento de investimento que são diretamente relacionados com a operação e que até têm de estar classificados nas atividades operacionais, mas o mesmo instrumento pode ser visto por uma instituição diferente como um instrumento de investimento e ser classificado de uma forma diferente. Acaba por dar aqui uma visão entre aquilo que é a ligação entre a estratégia e os fluxos que estão a acontecer.”
E7	“Tem algum interesse, mas o principal passa sempre por uma análise da qualidade dos fluxos de caixa. Esta demonstração apenas nos dá uma noção estrutural da

	liquidez, embora a liquidez é o mais importante para um banco, porque é através da liquidez vão à falência.”
E8	“Diria que não é chave principal, porque está a conceder informação sobre a liquidez, como é que se está a financiar os depósitos. Um balanço de à 20 anos atrás é muito diferente da que temos agora, porque na altura tínhamos muito mais crédito do que depósito, e agora é ao contrário. Isso aí também tem a ver com os fluxos de caixa em si, quando se está a analisar isto também reflete-se nos fluxos de caixa. E porquê? porque antigamente as pessoas poupavam menos e endividavam-se mais, com as crises os depósitos começam a subir, as pessoas começam a poupar mais, não são os bancos que estão a fomentar mas também é uma consequência dos comportamentos das pessoas. À 20 anos, se há mais créditos do que depósitos, tens de ter um balanço equilibrado, o banco tem de imitar dívida do passivo para se financiar, se olharmos para a dívida emitida à 20 anos atrás tinha um peso muito maior do que comparado com o que temos agora. No fundo o negócio do banco é comprar e vender confiança. se as pessoas não têm confiança, não vão meter o dinheiro no banco. Quando o banco compra confiança é porque estão a conceder depósitos, ou quando vende confiança é quando concede créditos aos clientes. Do mesmo modo, os fluxos de caixa de 20 anos atrás também são diferentes quando comparamos de um período para outro, porque a realidade da economia também é diferente e obviamente também as regras de concessão de créditos, que estão mais apertadas hoje em dia, que também pode ser consequência de termos mais depósitos e menos créditos.”

**Apêndice B – Q2: Em que medida considera que a DFC complementa outras demonstrações financeiras, como o balanço e a demonstração de resultados?**

Respostas	
E1	“O Balanço explica a variação de caixa e equivalentes. A Demonstração de Resultados mostra se o lucro gerado é sustentável e convertido em caixa.”
E2	N/A.
E3	“Apenas elaboro esta demonstração financeira, não se faz nenhuma análise profunda desta demonstração.”
E4	N/A.
E5	“As demonstrações financeiras devem ser analisadas no seu conjunto, incluindo as notas das contas. Nessa perspetiva a DFC tem a sua importância, ainda que limitada. A DFC terá uma importância mais limitada num Banco do que numa empresa não financeira. Isto porque numa empresa financeira a liquidez tende a ser um tema mais premente na gestão corrente da empresa, enquanto que num Banco,

	se há problemas de liquidez já não é uma questão de gestão corrente mas antes um sinal de alerta da solvabilidade do Banco.”
E6	“Acho que muita vez temos demonstrações financeiras que parecem muito robustas, mas depois quando olhamos para aquilo que é liquidez e fluxo efetivo a ligação não é tão direta. Portanto é de ter a capacidade de via DFC perceber a concretização das operações, para onde é que está se a direcionar e como.”
E7	“O Balanço e a Demonstração de Resultados (DR) estão mais escrutinadas pelos reguladores e portanto aqueles ativos pelo qual não têm tanta certeza, eles obrigam-te logo a assumir perdas e portanto ajusta-se a DR.”
E8	N/A.

**Apêndice C – Q3: Na sua experiência, quais os indicadores e informação mais relevante que se podem extrair da DFC para avaliar a liquidez e a sustentabilidade financeira de um banco?**

Respostas	
E1	“Fluxo de Caixa operacional positivo, rácio dos fluxos de caixa operacionais a dividir por passivos correntes, dado ser um rácio que nos permite ver se o banco tem capacidade para cobrir as suas obrigações de curto prazo.”
E2	“A DFC permite-nos, face à complexidade dos vários instrumentos financeiros utilizados pela banca, perceber as movimentações reais de tesouraria e a situação financeira da entidade no início do ano num ponto de vista de <i>cash flow</i> , e não tanto em termos de gastos e réditos. Muitas vezes, estes gastos não se traduzem em fluxo de tesouraria, o que confunde os utilizadores que não têm conhecimento financeiro tão avançada.”
E3	N/A.
E4	“Na minha direção não se faz esta análise. A direção financeira podem mediante a informação recolhida fazer alguns cálculos.”
E5	“Tipicamente o core de um banco de retalho é captar depósitos e conceder crédito. Para perceber a dinâmica do negócio, é importante olhar para estes dois aspetos.”
E6	“Em cada componente dos fluxos de caixa tiramos informação diferente. Dentro do que são atividades operacionais, a grande componente operacional são os juros e tudo que é relacionada com margem financeira, quer seja do crédito, quer dos depósitos e a remuneração dos depósitos e daí ser um dado relevante. Existe por vezes dificuldade de identificar o fluxo nos produtos bancários.

	<p>A parte do investimento permite-nos ter uma visão de onde é que está ser feita os investimentos, muitas vezes as aplicações são vistas como investimento e consegue-se daí perceber como é que o banco está a gerir em cada momento.</p> <p>O tema de financiamento, acaba por existir não na mesma forma, é essencialmente a relação com os acionistas ou situações de funding específico. A DFC dá uma visão mais estratégica, porque permite-nos perceber onde é que os fluxos estão a acontecer.”</p>
E7	<p>“Por um lado, a divisão dos fluxos de caixa e as suas várias componentes, embora isto passa muito definições de cada banco. Dá-nos esta componente de como é que cada peça é sustentável e qual a preponderância de extraordinários.”</p>
E8	<p>“Emissões da dívida emitida e se há aumentos de capital, dividendos ou redução, de forma a ter uma visão mais concreta das coisas. Porque em termos de crédito pessoal ou depósitos de pessoal há muitos fatores associados a isso (taxa de juros...)”</p>

**Apêndice D – Q4: Em que medida a interpretação dos fluxos de caixa pode ser influenciada por práticas contabilísticas específicas adotadas pelo setor bancário, como por exemplo, reclassificações/ outros movimentos contabilísticos?**

Respostas	
E1	<p>“Sim, as reclassificações de ativo financeiros reconhecidos ao justo valor através de Resultados e ativos financeiros ao custo amortizado, se existir uma reclassificação de um para o outro irá ter um impacto diferente e dependendo dos valores pode ser significativo.”</p>
E2	<p>“Sim, porque não temos sistemas informáticos que privilegiem esta questão de fluxos de tesouraria. Uma boa parte dos sistemas informáticos nem sempre estão expurgados sobre esta situação de reclassificações, anulações, transferências e, portanto, os movimentos podem por vezes estar empolados quer nos movimentos de entrada quer em movimentos de saída. Única e simplesmente é uma questão de não ser dada importância de vida a esta DF, e portanto não se investe desde logo a parte informática para ter este documento.”</p>
E3	N/A.
E4	<p>“Isto está um pouco ligado à complexidade das operações e há possibilidade de conseguir expurgar ou não os tais efeitos e reclassificações. Mas o esforço passa-se sempre em tentar expurgar todos esses efeitos contabilísticos e que efetivamente não são fluxos de caixa, para conseguirmos uma melhor análise e avaliação da DFC.”</p>

E5	“Pelo contrário, entendo que a DFC é provavelmente a demonstração financeira que menos é influenciada por questões ou práticas contabilísticas. O que interessa aqui é <i>cash</i> , <i>cash in</i> e <i>cash out</i> , independentemente da classificação contabilística das operações.”
E6	N/A.
E7	N/A.
E8	“Não, por ali não consigo visualizar, porque aquilo é muito agregado, o que leva a não conseguir tirar muitas conclusões sobre esse tipo de temas”

**Apêndice E – Q5: Tendo em conta as diferenças entre instituições financeiras e não financeiras, alguns académicos sugerem que os bancos poderiam estar isentos da publicação da DFC. Outros defendem a sua divulgação num formato adaptado. Qual é o seu ponto de vista sobre este tema?**

Respostas	
E1	“Sim, penso que os Banco deveriam apresentar uma DFC sempre, dado ser uma boa apresentação para avaliar a liquidez do mesmo, mas deveria ser mais adaptada para o sistema financeiro de forma a ser mais transparente e mais relevante para investidores/intressados.”
E2	“Formato adaptado poderá fazer sentido porque há informação muito importante na questão de fluxos. Concordo que há melhorias que podem ser introduzidas, até porque não importa produzir uma informação na qual não é depois retirado utilidade, por não se reconhecer aí valor acrescentado. Portanto, sou a favor que não devíamos de excluir, mas sim reformulá-lo.”
E3	“De facto nós elaboramos esta demonstração só porque é uma obrigação legal. Por isso, diria adaptá-lo para ter alguma utilidade de análise de informação, porque neste formato é apenas elaborado por obrigação.”
E4	“Não sei se tivesse um formato adaptado se iria ter mais relevância, porque não tem muito interesse ter uma demonstração muito complexa ou muito extensa que depois não se possa conseguir efetivamente tirar as conclusões que são necessárias para ajudar nas tomadas de decisão. Ou seja, se num formato adaptado às necessidades de cada instituições e se fosse possível retirar daqui alguma complexidade que temos atualmente na elaboração diria que podia ajudar na tomada de decisão, tornando assim esta demonstração mais útil.”

E5	<p>“Não concordo com a não obrigatoriedade de publicação da DFC nas instituições financeiras. A IAS 7.10 diz que os fluxos de caixa devem ser classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Isto será a estrutura base.</p> <p>No entanto, de seguida diz o seguinte (IAS 7.11): “Uma entidade apresenta seus fluxos de caixa decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento da forma mais apropriada para os seus negócios.” Ou seja, a adaptação da DFC ao negócio de cada empresa já está prevista nas normas, ainda que dentro de uma estrutura comum. Entendo que para o leitor/utilizador das demonstrações financeiras é preferível ter a DFC com limitações do que não a ter de todo. E, mais uma vez, as demonstrações financeiras no seu conjunto. Ler a DFC isoladamente diz pouco sobre a empresa. Mas ler a demonstração de resultados isoladamente também.”</p>
E6	<p>“O próprio balanço é apresentada de uma forma diferente, não está apresentado numa lógica de liquidez como é apresentada nas outras instituições. Isto terá alguma razão. A estrutura da posição financeira é significativamente diferente e o mesmo acontece com os fluxos de caixa. Há alguma expectativa quanto às variações desses fluxos, como efeitos cambiais ou situações não usuais que exijam alguma regularização específica. A leitura direta da posição financeira, e quando faz-se as variações não é propriamente os fluxos de caixa que vão dar uma grande nova informação. Por isso, percebo porquê de não ser exigido, porque só não se consegue retirar situações específicas e aquilo que é movimentação, mas estas situações são também divulgadas de forma específica. A abordagem de ser diferente, estas questões de realidades expostas a instrumentos com risco cambial que também é muito comum - o quê que é efeitos cambiais nas DF que não são fluxo de caixa, se calhar seria mais pela excessão ou por aquilo que são movimentações que não são <i>cash</i> era mais importante de apresentar do que propriamente as que são <i>cash</i> - poderia ser uma evolução neste sentido.”</p>
E7	<p>“Perante a quantidade de informação que os bancos já dão, nomeadamente a liquidez, na prática não é assim tão importante. E, porque nos bancos para saber o quê que é financeira e operacional, sendo que a financeira é matéria dos bancos, ou seja, é operacional para um banco. Portanto, é muito difícil para uma pessoa conseguir classificar que isto é financeiro ou não é, quando a margem financeira é parte mais importante para um produto bancário.”</p>
E8	<p>“É verdade, quer dizer, eu acho que todos deviam de ter as mesmas regras, mas obviamente depois os negócios de cada empresa é diferente. Se olharmos para um Balanço num banco é muito diferente de um Balanço de uma distribuidora, como a Jerónimo Martins ou da Sonae, por exemplo. Porque temos que seguir algumas regras quando queremos mostrar o Balanço e Demonstração de Resultados, mas tem que se adaptar ao tipo de negócio que temos. Porque o negócio que o banco tem, é crédito e depósitos, juros, ou seja, a margem financeira é o primeiro item que</p>

aparece. Mas quando olhamos para a para a distribuição é diferente, temos a componente de edifícios, que é mais importante porque o investimento parte daí, as mercadorias e por aí fora. Do lado dos fornecedores, obviamente que a linha dos fornecedores do Banco é uma linha muito pequena. Por exemplo, o Banco compra computadores e paga 60 dias. Existe uma rubrica de fornecedores nos outros passivos, mas não é relevante, mas no caso da área de distribuição é uma vertente importantíssima.

Ter a lógica para todos os bancos terem o mesmo formato de report para depois ser comparável e normalmente também existe o peso das auditoras que que no fundo também organizam-se entre elas para perceber como montarem o mesmo formato para depois ser tudo comparável.

Tem de se mostrar aquilo que é importante para a atividade dessa empresa ou desse setor. Deve mostrar o que é efetivamente a atividade da empresa"

**Apêndice F – Q6: Quais são, na sua opinião, as principais limitações da DFC quando é aplicada às entidades do setor bancário?**

Respostas	
E1	"Diria que a principal limitação é que as variações de fluxo de caixa não serem muito relevantes para um banco nem para os interessados."
E2	N/A.
E3	"A forma de elaboração é através da diferença das rubricas dos balancetes, em que estão mapeados numa tabela, com uma pivot table e com a diferença das rúbricas constrói-se a DFC, porque não é possível classificar movimento a movimento durante o ano pelo tipo de fluxo de caixa (dada à enormidade dos movimentos), ou seja, neste momento a elaboração apenas é possível por diferença."
E4	"Nos bancos existem milhões de fluxos de caixa, por essa razão é muito complicado e complexo fazer essa peça de informação com alguma fiabilidade. Os bancos vivem de dinheiro (entradas de dinheiro e saídas de dinheiro), o que dificulta a elaboração desta demonstração com um rigor extremo porque é muito complicado reunir toda esta informação."
E5	N/A.
E6	N/A.
E7	N/A.

E8	<p>“Se olharmos para o comunicado não se fala nada sobre os fluxos de caixa, porque também não interessa ter um conjunto de informação que eles não vão ver. Os indicadores que constam nas primeiras páginas são os highlights fundamentais que os analistas/jornalistas olham para aquilo. São raras as perguntas que são efetuadas sobre os fluxos de caixa pelos analistas ou jornalistas. A parte mais evidente para os analistas são os indicadores, se margem financeira está a subir ou a descer, a taxa que se está a cobrar aos clientes, mas esta informação é mais informacional e não contabilística.”</p>
----	---

**Apêndice G – Q7: Encontra dificuldades em como classificar as vendas de ativos, visto que estes são classificados como fluxos de caixa de investimento no momento de aquisição?**

Respostas	
E1	<p>“Penso que não, dado que é algo tão automatizado que normalmente é testado facilmente.”</p>
E2	<p>“Esta classificação muitas vezes é ambigua, porque nem toda a informação chega às pessoas da parte contabilística que lida com esta peça. Estes instrumentos podem mudar a sua categoria dependendo daquilo que é intenção da entidade. Resumindo, há distanciamento grande entre a administração do banco e de quem executa -contabilidade, precisamente porque não valorizam essa informação à posteriori, não estão muito preocupados com o acompanhamento desta classificação ao longo do ano.”</p>
E3	<p>N/A.</p>
E4	<p>“No nosso caso, quando fazemos uma aquisição de AFT ou AI registamos em investimento e quando vendemos a mesma coisa, não existe nenhuma inconsistência.”</p>
E5	<p>“Até agora nunca senti essa dificuldade.”</p>
E6	<p>“Não é espectável que entre a alienação e aquisição os fluxos estejam em atividades diferentes. Mas há muitas situações em relação ao crédito que é necessário decotar colaterais. Por exemplo, no crédito habitação é necessário decotar uma colateral, isto é, o banco vai receber um imóvel e o imóvel que entra nas contas, que à partida não gera fluxo financeiro, mas tudo que é processo de crédito relacionado com essa vertente foi sempre considerado operacional. No momento da venda, o imóvel que foi dado em cumprimento, pode por vezes estar a ser classificado numa rubrica diferente.”</p>

E7	“Na verdade, a DFC não está tão restrito da mesma maneira como no ativo, e mesmo no ativo existe alguma flexibilidade.”
E8	“Não. Por exemplo, na carteira de títulos, podemos comprar ações, obrigações e dívida pública, por exemplo, mas quando vende vai sempre na mesma categoria. Os bancos também vendem outro tipo de ativos, por exemplo, vendas de imóveis. Isto acontece quando os clientes concedemos um crédito à habitação, um cliente e um cliente deixa de pagar, por exemplo, por dificuldades, porque entra em desemprego e não tem possibilidade de pagar. Num primeiro momento não existe fluxo porque substituiu o crédito pelo imóvel em termos do Balanço. Não recebi nada do cliente e só substituí o meu ativo. Portanto não é um fluxo de caixa. Obviamente que o objetivo do Banco não é ficar com estes imóveis, quando venderem já é um fluxo.”

**Apêndice H – Q8: Considera que existem elementos ou transações específicas do setor bancário que não se refletem adequadamente na DFC? Pode dar exemplos?**

Respostas	
E1	“Dando um exemplo diria em instrumentos financeiros complexos como derivativos, algumas transações não parecem na DFC, e dado que os derivativos muitas vezes são instrumentos que protegem o banco aos riscos de mercado, seria interessante e eventualmente relevante estar presente na DFC.”
E2	“Instrumentos financeiros derivativos, por exemplo não têm impacto em tesouraria, em movimentação de fluxos de caixa.”
E3	N/A.
E4	“Parece-me que a classificação das operações foram todas feitas da forma mais adequada.”
E5	“Da experiência que tenho, nunca me deparei com essa dificuldade.”
E6	“Se tivesse que redesenhar a DFC, se calhar não iria apresentar algumas rubricas pelo líquido, há cash flows que são nomeadamente apresentadas nas atividades operacionais que são apresentadas pelo líquido e a DFC está standardizada para ser apresentada dessa forma. Mas por exemplo, a questão do crédito de apresentarem aquilo que são recebimentos de crédito e aquilo que são desembolsos realizados em cada período, e a mesma coisa com os depósitos que é efetivamente aquilo que são <i>cash</i> novo e não só apenas aquilo que é líquido destas operações, porque de alguma forma permite perceber e ter mais dados sobre aquilo que é o core em termos de atividade. As linhas tem crescido cada vez mais a nível das atividades operacionais

	para mostrar mais informação, questões específicas que são muito significativas numa determinada operação as normas requerem a obrigação de desagregar, coisas como volume de recuperações daquilo que são créditos que estavam ser considerados abatidos ou que já não estavam no balanço e também esta distinção do que é em termo de fluxo, coisas mais específicas e que mostram por um lado melhor capacidade de uma instituições recuperar ou não e também aquilo que possa ser estratégia específica relacionadas com quotas de mercado. Numa lógica de melhor informação, e mesmo às vezes vê-se nas contas de gestão que há mais desagregação em relação a essas componentes porque para tomar decisões é preciso efetivamente mais detalhe. Depois o facto de se juntar a conta de fornecedores e de pessoal vai depender certamente das dimensões, em que às vezes é relevante desagregar e outras não.”
E7	N/A.
E8	N/A.

**Apêndice I – Q9: Considera que existem elementos ou transações específicas do setor bancário que não se refletem adequadamente na DFC? Pode dar exemplos?**

Respostas	
E1	“Diria que nenhum, visto que é feito de uma forma bastante automatizada, pelo que o nosso trabalho como auditores é basicamente verificar se está correto de acordo com a norma.”
E2	N/A.
E3	N/A.
E4	N/A.
E5	“Adequação da informação nos sistemas e na informação contabilística (balancete). A informação está estruturada para produzir um balanço e uma demonstração de resultados e não necessariamente para produzir informação numa base de caixa.”
E6	“Acho que tem evoluído ao longo do tempo, mas acho que uma das dificuldades que muitas vezes existe é em relação aquilo que possa ser aplicações de curto prazo, a distinção entre o que é ou não caixa e equivalentes, que por vezes acaba por ser uma política contabilística que tem de estar muito clara porque o tratamento pode não ser exatamente o mesmo, e o tema dos revolving. Até que ponto o revolving

	de aplicações transformam em investimento e que acaba por não ser caixa e equivalente, isto pode ser aqui um desafio, mas não propriamente uma limitação.”
E7	N/A.
E8	“Em termos diários a nossa entidade, em termos contabilísticos podem gerar cerca de 5 mil movimentos contabilísticos diariamente. Portanto existe uma máquina que faz os cálculos todos e por aí fora que depois chega à contabilidade todos os dias. Portanto não era possível criar um fluxo de caixa olhando para a conta DO do banco. Existe uma maneira de fazer, através do do balancete, mas o balancete não tem a desagregação de fluxo de caixa. Se eu queria ter a desagregação por fluxo de caixa, teria um balancete enormíssimo, o que era impensável. Eu preciso de pedir alguma informação adicional a outras áreas para depois incorporar essa informação nos fluxos de caixa. Por exemplo, compra e venda de títulos, a carteira de títulos do Banco pode comprar obrigações, ações... Eu tenho uma área do Banco que faz essa informação e enviam para mim para eu completar a informação para depois fazer os fluxos de caixa. Mas o ponto inicial, é sempre o balancete do período que estou a fazer e o balancete do período anterior.”

**Apêndice J – Q10: Existem dificuldades operacionais ou de interpretação das normas contabilísticas que dificultem a representação fiel dos fluxos de caixa? Como é que a Entidade tenta superar estas dificuldades?**

Respostas	
E1	“Diria que não existem grandes dificuldades, dado ser algo que tenha bastante impacto na apresentação do relatório e contas, já é algo bastante estudado e bem implementado nos bancos.”
E2	“Existem, mas se fosse reformulado a peça clarificando exatamente o quê que consta em cada item, e o quê que tem de constar em cada item de forma mais objetiva, eliminando a subjetividade, ajudaria a superar estas dificuldades.”
E3	N/A.
E4	“Diria que existe alguma especificidades em algumas operações que por vezes pode levantar questões. Tirando a parte que é preciso expurgar a parte da variação cambial das operações que não é fácil, que no fundo é pensar em todas as operações que são feitas por moeda e tirar o bocadinho que corresponde à variação cambial e não um fluxo de caixa efetivo.”
E5	Não.

E6	<p>“Daquilo que tem sido as últimas evoluções das normas, eu acho que tem havido uma tentativa de acompanhamento de clarificação de como é que novas matérias nas normas devem ser acauteladas para efeitos de fluxos de caixa, ou seja, parece-me que tem havido sempre algum acompanhamento. por exemplo, nas atualizações recentes do IFRS 16, respeite a questões de fluxos de caixa das locações houve logo alguma clarificação de onde é que se deve colocar, até há questões específicas.</p> <p>A nível de desagregação entre as atividades confesso que não vejo aqui propriamente uma grande dificuldade, exceto a questão do mesmo instrumento poder ser enquadrada como atividade de investimento ou operacional num banco, que efetivamente depende do objetivo de detenção. Posso ter uma carteira de investimento para trading, e isso é investimento ou negócio? Como é que coloco o tema em termos de fluxo de caixa.”</p>
E7	N/A.
E8	<p>“A implementação das IFRS foi em 2004/2005. Nessa altura foi mais crítico porque tínhamos que fazer aquilo pela primeira vez. Obviamente que a ajuda dos auditores externos foi importante para nos dar formação sobre a maneira como devíamos apresentar. Portanto, essa parte houve sempre uma boa interligação com eles para depois implementar e apresentarmos isso. Se olharmos para a IAS 7, aquilo também não é muito claro, porque a IAS 7 é para todos os setores, e portanto aquilo tem uma série de regras que muitas vezes aquilo para ser interpretado não é fácil. Ao longo destes 20 anos acontece que não tem havido grandes evoluções pelo que se tem mantido o padrão dos anos anteriores. Existe por vezes algumas alterações às normas para se adaptar ao pormenor, mas ultimamente não tem havido assim grandes novos temas.”</p>

**Apêndice K – Q11: Que alterações ou melhorias sugeriria para aumentar a transparência e a utilidade da demonstração de fluxos de caixa no contexto da análise de demonstrações financeiras emitidas por bancos?**

<b>Respostas</b>	
E1	<p>“Diria que era interessante fazerem uma adaptação mais exaustiva da DFC para bancos de forma a conseguir-se perceber melhor o rácio de alavancagem, por exemplo.”</p>
E2	<p>“Partir alguma da informação, ou seja, detalhar alguma da informação que atualmente está se a passar nos fluxos de caixa. De forma a expurgar desta demonstração todos os movimentos que serão analisado noutras rúbricas das demonstrações financeiras e que aos olhos dos utilizadores ele não sabe o que está se a passar por ali. Este instrumento deve ser reformulado, dividindo claramente as</p>

	áreas deixando apenas como movimento a passar neste instrumento aquilo que efetivamente sem nenhuma margem de dúvida são fluxos de caixa, de forma a retirar desta peça subjetividade.”
E3	N/A.
E4	“A minha visão é que esta peça foi construída mais no sentido das empresas tradicionais, não foi construída para servir a banca que tem uma complexidade de produtos, e não se rege por investimentos, serviços, não é bem a estrutura que está desenhada nos fluxos de caixa atuais na SNC. Até porque o banco para depois gerir este tipo de necessidades tem um conjunto de rácios / ponderadores para eleger todo este conjunto de matérias com outras ferramentas. DFC é muito simples para ser utilizados na banca para gerir liquidez. No banco há um conjunto de informação que é trabalhado e diferenciada com um conjunto de fatores que depois promovem este conjunto de informação numa maneira com mais "sumo" - mais direcionada à realidade do banco.”
E5	“Eventualmente a obrigatoriedade de fazer o disclose de alguns rácios regulatórios junto à demonstração (LCR e NSFR).”
E6	“A maior dificuldade dos fluxos de caixa muitas vezes é a distinção do quê que é efetivamente fluxo de caixa. Em muitas instituições, a dificuldade que têm é que não há um foco propriamente sobre o que é output em termos das transações que se consegue logo segregar entre o que é ou não cash. Embora tenha existido muito evolução parece-me que existe ainda um gap. Quando existe importância em determinada informação, nós também investimentos para que ela seja mais fácil de extrair, mais fácil de desagregar. E tal desagregação como está prevista nos fluxos de caixa efetivamente não tens hoje, na maior das instituições, ferramentas que façam uma extração direta que tu consigas ter um fluxo de caixa pré preparados e sem erros significativos. A simplificação no sentido de fazer um matching maior com aquilo que é informação produzida de forma mais sistematizada pelas instituições sem produzir algo específico para efeitos de divulgação.”
E7	“Efetivamente faz me mais sentido ter demonstrações como exigem a parte dos rácios de liquidez e no fundo ter um standard mais para a banca.”
E8	“Ele é feito porque existe uma obrigatoriedade, porque se tivesse alguma informação mais detalhada sobre o movimento seria mais útil para quem está a ler, porque eu posso estar a diminuir depósitos, mas eu posso estar a diminuir depósitos de uma maturidade diferente da outra. Se eu tivesse informação com mais detalhe sobre maturidades, por exemplo, ou por tipo de produto crédito concedido porque eu posso estar a aumentar crédito, mas eu estar a diminuir em leasing e a aumentar em factoring. A informação é muito agregada, mas como também não é pedido...”